

senhor vai ao secretário de Saúde, que é o Edmar, e ele responde: “Olha, não se mete lá...” Mais ou menos isso, na linguagem popular: “Não se mete lá. Deixa que eu trato do Gabriell.”

O SR. ROBERTO POZZAN - Não, não foi isso

A SRA. LUCINHA - Foi isso que aconteceu.

O SR. ROBERTO POZZAN - Desculpe, deputada.

A SRA. LUCINHA - Vou pegar uma outra linha de raciocínio porque foi isso que aconteceu, Sr. Roberto. Com todo respeito, com todo respeito ao senhor.

O SR. ROBERTO POZZAN - Me permite um aparte?

A SRA. LUCINHA - Eu vou permitir ao senhor.

O SR. ROBERTO POZZAN - Pois não.

A SRA. LUCINHA - Só que tem que entender o seguinte, fica muito difícil eu, deputada Lucinha, que convivi com o problema de perto, das pessoas morrendo porque não tem respirador, porque não tem nada, um Gabriell Neves, faz um contrato de 1 bilhão e reais, o senhor questiona, e o secretário diz “Isso aí você deixa que eu resolvo”. Isso é um absurdo! É completa falta de gestão! É uma quadrilha que se implantou dentro da Secretaria de Saúde para roubar o dinheiro público, para que a população não fosse atendida. E as pessoas morreram aguardando o leito na UTI do hospital e que não acontecia.

Agora eu vou entrar numa outra pergunta aqui, deputada Martha Rocha, a subsecretária de gestão, a Dra. Mariana, disse à Comissão no dia 09 de julho - eu peguei lá o depoimento dela - que o plano de ação para o enfrentamento do Covid não foi cumprido após a saída dela do cargo. Segundo ela, de início deveriam ser ativados todos os meios possíveis da rede de Saúde já existentes e fazer ampliações nas unidades que fossem necessárias. Depois que houvesse o avanço da contaminação, deveriam ser contratados leitos da rede privada. A construção de hospitais de campanha só aconteceria em situação de emergência diante de calamidade pública, assim mesmo, com o apoio do Exército ou da Aeronáutica. Não estava prevista a contratação de Organizações Sociais. A médica afirmou isso no dia 09 de julho, que ficou sabendo por telejornais, sobre a decisão de construir os hospitais de campanha, que antes não estavam previstos, o que motivou as mudanças dos planos da Secretaria de Saúde.

Aí eu queria perguntar ao Dr. Roberto: quem decidiu construir os hospitais de campanha? Pelo que o senhor respondeu, foi o próprio secretário Edmar, correto?

O SR. ROBERTO POZZAN - Correto. A senhora me permite...

A SRA. LUCINHA - Só um instantinho, vamos lá.

O SR. ROBERTO POZZAN - Correto...

A SRA. LUCINHA - Correto. Então, foi o Edmar, secretário de Saúde, que decidiu isoladamente, sem ouvir a parte técnica, sem ouvir o senhor, sem ouvir ninguém, decidiu construir os sete hospitais de campanha. Antes da construção desses hospitais, o senhor colocou no seu depoimento agora, que foi tentado os hospitais universitários; que o Pedro Ernesto cedeu 70 leitos; que o Hospital do Fundão cedeu 30 leitos do Covid; e que o único hospital federal, que foi o Fundão, dos universitários, que foi o Pedro Ernesto, 70, e o Fundão com 30. Aí eu pergunto ao senhor, o senhor, como um homem ligado direto ali ao secretário, o senhor foi colocado por ele, então, significa que o senhor tinha conhecimento ou deveria ter conhecimento de tudo que acontecia na Secretaria, se eu sou o braço direito do deputado Luiz Paulo, eu tenho que saber até o horário do remédio dele e a que horas ele vai dormir. Se eu sou assessor direta dele, tenho que saber disso. Eu estou com ele.

O senhor foi indicado pelo Sr. Edmar, então o senhor tem que saber. Se os hospitais universitários não deram conta, se os hospitais federais não deram conta, por que sete hospitais? De onde surgiram esses sete hospitais? Foi da cabeça do secretário Edmar ou foi da pressão política para que se contratassem essas OSs para construir esses hospitais superfaturados que não atenderam a população? O senhor tem conhecimento disso também ou também não?

O SR. ROBERTO POZZAN - Posso me manifestar de uma forma um pouco maior?

A SRA. LUCINHA - Claro, à vontade.

O SR. ROBERTO POZZAN - Ah, a senhora então me permite.

Bom, o primeiro aspecto abordado é que eu não era chefe dos subsecretários. Apesar do nome Subsecretaria Geral, eu não era chefe dos subsecretários. Os subsecretários respondiam diretamente ao secretário. Quem fazia acordo de nação(?) de todo o processo era o secretário. Isso ficou muito claro na manifestação do Sr. Gabriell Neves para comigo. Então, eu sabia o que estava acontecendo em termos de contratação de insumos, mas não conhecia a forma de como isso estava acontecendo.

A SRA. LUCINHA - O senhor não acha isso estranho, não? O senhor não acha isso estranho, não?

O SR. ROBERTO POZZAN - Bastante, bastante, bastante, deputada, bastante estranho...

A SRA. LUCINHA - Eu não ficaria sentada nessa cadeira um minuto sequer.

O SR. ROBERTO POZZAN - Isso foi motivo de diversas conversas com o próprio secretário, falando a respeito de informações que não chegavam. Mas, infelizmente, eu não tinha acesso a essas informações e nem ao processo de como essas contratações estavam acontecendo.

Especificamente na questão dos hospitais de campanha, volto a dizer, tentou-se dentro do Comitê alternativas mais simples e mais fáceis com a utilização da capacidade instalada de leitos existentes na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Isso não foi possível, isso não foi possível.

A SRA. LUCINHA - Sim, nós sabemos que não foi possível.

O SR. ROBERTO POZZAN - A utilização do hospital de campanha na magnitude...a utilização do hospital de campanha na magnitude como foi utilizada foi uma decisão exclusiva do secretário. Ele...

A SRA. LUCINHA - A Sra. Mariana...

O SR. ROBERTO POZZAN - Ele mostrou essa decisão pronta. “É uma decisão de governo”. Foram as palavras dele. “É uma decisão de governo”. Ele trouxe isso pronto para nós, deputada.

A SRA. LUCINHA - Olha só, Dr. Roberto...

O SR. ROBERTO POZZAN - Gostaria só também de deixar claro que não houve nenhum tipo de omissão da minha parte.

A SRA. LUCINHA - Eu acho que sim.

O SR. ROBERTO POZZAN - Desculpe, desculpe. Não estava ao meu alcance, não estava ao meu alcance decisões relacionadas a hospitais de campanha. O grupo todo se manifestou contrariamente dessa forma de hospitais de campanha, mas não estava no nosso controle a mudança dessa decisão.

A SRA. LUCINHA - Olha, eu vou fazer uma pergunta para o senhor...

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Vou só pedir, deputada Lucinha, para a senhora, por gentileza, concluir para a gente passar para a deputada Enfermeira Rejane para poder ouvir Marco Augusto, por favor.

A SRA. LUCINHA - Olha só, deputada Martha Rocha, por mais que eu queira ser mais rápida nas minhas perguntas, é porque tem determinadas questões, deputada Martha Rocha, que fica muito difícil. Eu estou tentando pegar a linha do tempo do depoimento da Dra. Mariana e, ao mesmo tempo, em direção a algumas observações feitas pelo próprio deputado Luiz Paulo que é correto dizer que dentro da Secretaria existem alguns grupos: um tinha uma vertente política e o outro tinha outra, só que quem morreu foi a população, está certo?

(Falha na transmissão sonora)

A dona Mariana afirmou, no depoimento dela, que o valor dos leitos a serem contratados pela Secretaria de Saúde surpreendeu, porque era três vezes mais caro do que havia sido calculado. Ela disse que já estava prevista a contratação de leitos privados se fosse necessária. Já estava calculada. A equipe dela fez um Termo de Referência, mas depois esse Termo de Referência foi usado por outro. Eu queria entender: que outro? Ele pode responder? Ou o senhor também não tinha conhecimento dos leitos que estavam sendo contratados da rede privada? Tinha um Termo de Referência, que a Dra.

Mariana, que fez toda a explanação no dia 09 de julho, disse que foi feito um levantamento e que estava superestimado o valor dos leitos que depois foram contratados.

O senhor tem como responder?

O SR. ROBERTO POZZAN - Bem, esses leitos não vieram de um Termo de Referência feito pela Dra. Mariana. Esse Termo de Referência...

A SRA. LUCINHA - Ela afirmou isso no dia 09 de julho.

O SR. ROBERTO POZZAN - Mas não é verdade.

A SRA. LUCINHA - Vai. Então, me explica aí.

O SR. ROBERTO POZZAN - Esse Termo de Referência não veio através da Dra. Mariana. Esse de referência nasceu e foi publicado através da Subsecretaria Executiva do Sr. Gabriell Neves, valores, inclusive. Tudo.

A SRA. LUCINHA - É, porque, na verdade, existia uma disputa interna na Secretaria. Então, cada um tentava levar mais vantagem. Na verdade, o dinheiro público é que foi jogado para escanteio. A população é que morreu por falta do atendimento.

Só para completar, deputada Martha Rocha, eu não poderia deixar passar despercebido é que depois que a Dra. Mariana foi atender a um pedido do Edmar para dar um prazo de trinta dias que ela escolhesse um substituto para acertar a situação do Gabriell Neves. Aí chega no dia 02 de abril, o senhor como Subsecretário Geral comunicou a Mariana que ela poderia perder a função dela: que ela poderia escolher ser exonerada ou ela pedir para sair.

Eu queria que o senhor me explicasse, porque isso não ficou muito claro para mim. Apesar das indagações do deputado Luiz Paulo e da deputada Martha Rocha nesse momento ali é que se travou a briga dos dois segmentos. Quem é que vai comandar a Secretaria? Vai ser o grupo do Pastor Everaldo ou vai ser o grupo do Mário Peixoto? Queria saber, nesse momento, qual foi a sua posição em relação a esse fato ou o senhor também não pode falar nada em relação a isso?

O SR. ROBERTO POZZAN - Primeiro, eu posso falar tudo o que eu conheço, deputada. Tudo o que eu souber eu falo sem nenhum problema.

O que eu gostaria de deixar claro, novamente, é que naquele momento a exoneração da Sra. Mariana Scardua já tinha sido decidida. O secretário pediu para comunicá-la e dar a possibilidade a ela dela pedir exoneração ao invés dela ser exonerada. Foi a única coisa que aconteceu.

E a Dra. Mariana Scardua optou por ser exonerada. Em nenhum momento o secretário Edmar me falou de problemas políticos que estivessem acontecendo.

A SRA. LUCINHA - O senhor não achou isso estranho, não?

O SR. ROBERTO POZZAN - Agora eu acho.

A SRA. LUCINHA - Agora, o senhor acha.

O SR. ROBERTO POZZAN - Depois da obra pronta...

Vou fazer aqui um paralelo ao engenheiro Luiz Paulo. Engenheiro Luiz Paulo, ser engenheiro de obra pronta é muito fácil. Então, depois de tudo o que aconteceu é fácil a gente entender a participação de cada um desses atores, né? Agora, sim; naquele momento, não. Naquele momento eu não tinha conhecimento de atuação de diferentes grupos políticos. E naquele momento também o próprio secretário Edmar não me falou nada de que a denúncia do Ramon Neves era sobre irregularidades dentro da Secretaria.

Depois de passado todo esse tempo só alguém que não tem ouvido, nariz e olhos para não saber o que aconteceu. Então, assim...

A SRA. LUCINHA - O senhor concorda que coisas estranhas e absurdas aconteceram dentro da Secretaria?

O SR. ROBERTO POZZAN - Aparentemente, sim; aparentemente, não. Aconteceram.

A SRA. LUCINHA - Com certeza, sim, não é?

O SR. ROBERTO POZZAN - Com certeza...

A SRA. LUCINHA - Com certeza, sim.

A última pergunta deputada Martha Rocha.

No fim de março, o SAMU, no município do Rio, passou a ser gerido pela OZZ. O contrato teve o valor de R\$166 milhões. Para a contratação da empresa foi feita uma dispensa de licitação por conta da pandemia. E a OZZ assumiu com o Termo de Referência que não foi feito pela área técnica. A contratação foi feita, apesar da OZZ ser uma empresa de apenas um sócio, de ter um capital social de somente R\$10 milhões. Ou seja, a Secretaria assinou um contrato sem garantia nenhuma; os repasses da Secretaria de Estado de Saúde para a OZZ foram suspensos no fim de maio, por determinação da Justiça. Por causa de quê? Fraude em licitação, superfaturamento, não cumprimento das formalidades exigidas pela contratação emergencial e incapacidade técnica da empresa. Pergunto: qual foi o seu posicionamento, como subsecretário geral da Secretaria Estadual de Saúde, e que providências o senhor tomou?

O SR. ROBERTO POZZAN - Desculpe, mais uma vez. Não passava pela Subsecretaria Geral esse tipo de atitude, e não era solicitado à Subsecretaria Geral nenhum posicionamento a respeito. Eu, como todos os habitantes deste Brasil que ouviram essa história, no mínimo achava estranho, mas não passava por mim a decisão a respeito disso. Essa decisão foi tomada no âmbito da Subsecretaria Executiva, com o aval do secretário Edmar. Em nenhum momento, nenhuma outra subsecretaria foi instada a se pronunciar a respeito do problema.

Enquanto pessoa, enquanto pessoa, enquanto... eu posso ter a minha opinião e achar que isso foi fora de qualquer possibilidade, fora de qualquer forma correta de contratação, mas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, eu não fui instado a me manifestar. Falei enquanto pessoa achando estranho, assim como a senhora achou estranho, achando estranho como todos os habitantes desse planeta acharam estranho quando viram a contratação de uma empresa nos moldes em que foi feito.

A SRA. LUCINHA - Deputada Martha Rocha, eu já cumpri as perguntas, mas queria aproveitar a oportunidade e dizer que dentro da Secretaria de Saúde - após o depoimento do nosso Roberto Pozzan - se travava uma luta interna pelo poder político e financeiro. Aí, o povo do Rio de Janeiro ficou a mercê dessa quadrilha que desviou recursos da área da Saúde.

Esta Comissão está de parabéns. Estamos enfrentando momentos difíceis. A população nos cobra até hoje e estamos respondendo à população através dessa nossa comissão. Mas, de um lado, tínhamos o Pastor Everaldo, do outro lado tínhamos o Mário Peixoto; e o governador não vai dizer que era o bobo da corte, não é? Porque ele foi responsável pela requalificação da UNIR; mas, por outro lado, ajudava a outra ponta. Então, estava sempre tentando manter o equilíbrio da quadrilha que se instalou na Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Deputada Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Muito obrigada, deputada Lucinha. Só um instante, deputada Mônica.

Quero justificar a ausência do deputado Dr. Deodalto, que está sempre conosco, mas que hoje teve uma agenda e não pôde estar presente.

Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Só desejar um restante de reunião proveitosa, porque vou precisar me retirar para ir para a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Muito obrigada.

Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Na mesma linha da deputada Mônica Francisco, nós temos agora, às 11h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Então, também peço licença a V.Exa. para me retirar. A deputada Lucinha me representará muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agradeço a presença dos deputados Mônica Francisco e Luiz Paulo.

Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Bom dia a todos e todas! Primeiramente, quero agradecer a presença do Sr. Roberto Pozzan. Acho que as perguntas feitas foram muito pertinentes.

Dr. Roberto, nós, aqui na Alerj, sabemos que existe uma quadrilha dentro da Secretaria de Saúde há muitos anos. Não é de hoje; e sabemos que é por essas Organizações Sociais que se escolta toda a corrupção que existe desde outros Secretários de Saúde - secretários que hoje se encontram presos, e não é o secretário Edmar Santos.

Fazer o nosso papel é muito importante. Assim como o senhor, que já trabalhou em vários locais ligados à Saúde no Estado do Rio de Janeiro e que, como todo cidadão, acompanha as denúncias que aconteceram no governo Cabral, no governo Pezão, na prisão de ex-secretário de Saúde e acompanha toda essa corrupção que já existia ali dentro, antes do governo Witzel, durante o governo Witzel. O que estamos fazendo aqui é tentar que isso não se perpetue para depois do governo Witzel.

Eu só tenho uma única pergunta ao senhor: se a decisão dos hospitais de campanha foi unicamente do secretário de Saúde, o senhor trouxe essa informação que vocês tinham um grupo de trabalho, que buscaram os hospitais federais, depois buscaram os hospitais estaduais, os hospitais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, os hospitais privados, todos foram discutidos mas se chegou à conclusão, à revelia do grupo técnico, de que o mais importante era gastar o dinheiro público com OSs, com sete hospitais de Iona, no Estado do Rio de Janeiro para cuidar de uma pandemia que, segundo informações da UFRJ, atingiriam um grande quantitativo de pessoas no Estado. À revelia desse grupo, o secretário decidiu, por conta própria, por conta dele, a contratação de OSs, da labas, e não seguindo um grupo de trabalho com pessoas técnicas como o senhor, que estava ali para trabalhar.

Eu pergunto: quais foram as suas providências adotadas, uma vez que o encaminhamento correto encontrado pelo grupo foi a utilização dos leitos, ou seja, uma vez que a decisão adotada foi a menos viável para vocês, e a mais cara para os cofres públicos, quais foram as providências adotadas por V.Sa.?

Suas considerações foram repassadas formalmente através de um documento? Se sim, elas foram respondidas ao senhor?

Então, o senhor, como um médico renomado, que já trabalhou e que já assumiu vários locais importantes, o senhor, tecnicamente, respondeu como?

Que formalidade o senhor encontrou para o senhor falar que seu grupo de trabalho, o seu trabalho executado dentro da secretaria estava sendo levado para outro tipo de atividade não republicana, vamos dizer assim?

O SR. ROBERTO POZZAN - Bom, eu, primeiro, só voltar a reforçar realmente. Nós tentamos todas as possibilidades relacionadas à ocupação de capacidade já previamente instalada no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Falamos com todos. Não havia nenhuma outra possibilidade.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Outro, foi Marinha, Exército, Aeronáutica?

O SR. ROBERTO POZZAN - Todo mundo.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Todos negaram formalmente, não é, Dr. Pozzan?

O SR. ROBERTO POZZAN - Sim, formalmente.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Vamos pedir à deputada Martha Rocha para já pedir esses ofícios respostas desses hospitais, dessas representações.

O SR. ROBERTO POZZAN - Inclusive, os hospitais privados também. Lembrando que, no final de abril, quando era o pico da pandemia, todos os hospitais privados estavam absolutamente lotados, sem possibilidade de oferta de leitos para o público.

Em relação aos hospitais de campanha, apenas deixando claro que a alternativa não foi negada pelo grupo técnico. A alternativa de implantação dos hospitais de campanha não foi negada pelo grupo técnico.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Era a última opção, segundo a Dra. Mariana.

O SR. ROBERTO POZZAN - Era uma das últimas opções. Era uma das últimas opções.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Correto.

O SR. ROBERTO POZZAN - Os hospitais de campanha, eles começam a entrar no planejamento do plano de contingência nas versões mais atuais. A Dra. Mariana participou apenas da primeira versão do plano de contingência. Esse plano de contingência, ele teve diversas versões, que foram todas feitas pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde. Todas essas versões foram feitas pela Subsecretaria, pela SVS. Então, o hospital de campanha aparece, sim, como uma das alternativas, na medida em que não existe a possibilidade de implantação de leitos na capacidade instalada. O que eu disse é que o formato da contratação, o número de leitos programados e a distribuição desses hospitais na localidade foi uma escolha do secretário.

O grupo técnico validou essas escolhas, na medida em que não havia outras opções. O quantitativo de leitos se mostrava necessário, visto as projeções existentes da pandemia, lá pela Coppe, pela UFRJ, pela PUC. Então, esses leitos, eles eram necessários. Esses leitos eram necessários. Havia necessidade desses leitos.

A forma da contratação, a escolha da organização social, apenas uma para todos, isso não passou pelo comitê. Passa pelo comitê a implantação, sim, dos hospitais de campanha, trazida por uma decisão do secretário. Mas, sim, ela é aprovada dentro do comitê, dentro dos seus quantitativos e dentro da distribuição que foi apresentada pelo secretário. Então, a única coisa que não passa pelo comitê é a forma da contratação da Organização Social responsável pela implementação de todos esses leitos - isso não passou pelo comitê - nem a escolha da Organização Social. Esse processo foi todo executado dentro da subsecretaria executiva lá do Sr. Gabriell Neves. Não passou pelo comitê. Nós não tivemos conhecimento sobre isso, portanto, não tínhamos como nos manifestar nem favorável nem contra a forma da contratação.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Dr. Roberto, só mais uma última pergunta. Vários deputados visitaram hospitais que estavam com leitos ociosos em todo o Estado do Rio de Janeiro. Até mesmo aqui, no município do Rio, foi relatado e registrado. O Hospital Gazolla, por exemplo, tinha vários andares que estavam desativados. Essas negativas que o senhor está trazendo de informação para nós, de órgãos públicos, principalmente do Ministério da Saúde, mas também da Prefeitura do Rio - não sei se vocês chegaram a investigar -, do próprio Exército, que em outras campanhas, em outras atividades, utilizaram tendas para atendimento; essas negativas, elas foram feitas de que forma? Como é que vocês... o instrumento formal?

Porque nós não estamos lidando com a casa da gente. Nós estamos lidando com uma Secretaria de Saúde, onde a formalidade é exigida. Esses documentos, vocês tiveram de que forma? Dessas unidades, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Prefeitura do Rio, que como eu falei tinha o Hospital Gazolla, de outras prefeituras que tiveram vários hospitais que não foram utilizados, inclusive hospitais estaduais. Como é que foi essa negativa? Ela teve uma formalidade?

O SR. ROBERTO POZZAN - Em relação à Prefeitura, Deputada Rejane, nós não... não... não entramos no... na questão da... da... da ocupação do Ronaldo Gazolla. Ele tinha disponibilizado mais de 300 leitos para a regulação, era bastante importante o quantitativo que ele tinha disponibilizado.

Em relação ao Comando Militar do Leste, eu me lembro que houve sim um ofício, eles negando a possibilidade da implantação das tendas dos hospitais de campanha por parte deles. E é até razoavelmente fácil entender porque leitos para atendimento de Covid são leitos bastante especializados, e o Exército não tinha capacidade de implantação desses leitos em termos da... da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro.

Houve uma tentativa e alguma coisa junto com a SEAP, mas não eram leitos de alta complexidade que foram implantados lá na Secretaria de Atenção Penitenciária.

Em relação aos Universitários, aos Universitários nós tivemos uma resposta muito boa com eles. O Hospital Pedro Ernesto disponibilizou, como eu disse, 70 novos leitos, transformando leitos antigos, 70 leitos entre enfermaria e terapia intensiva para o Covid. O Hospital do Fundão outros 30, que foram reformas que aconteceram lá. O Gaf-frée Guinle não disponibilizou leitos nessa época.